



POLÍTICA – Renan pressiona JHC por esclarecimentos sobre investimentos previdenciários ligados ao Banco Master



POLICIA

Influenciador digital é preso em Arapiraca durante investigação sobre suposta tentativa de extorsão contra Paulo Dantas



CERTAME

Justiça Federal suspende concurso do Ifal para Administração após questionamentos sobre imparcialidade



ELEIÇÕES

Renan anuncia Dr. Wanderley como segundo nome ao Senado na chapa do MDB



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



Magnânima festa

" A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmir Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa Silveira de Mendonça Fragoso, filha do imortal

Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudei-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômica da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes. Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional. Fiscaliza a profissão quer na área

pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



ESPAÇO SOCIAL

Foi inaugurado no município de Rio Largo um novo espaço de acolhimento e trabalho social voltado à população. Trata-se do Instituto Lúcia Brandão, uma homenagem à grande ativista das causas sociais do município. Ana Paula Narciso, idealizadora do projeto, está de parabéns pela iniciativa e pelo compromisso demonstrado com o povo riolarguense.

RUA ABERTA

O prefeito Rodrigo Cunha anunciou a ampliação do projeto Rua Aberta para o entorno do Parque do Centenário, no bairro do Farol, em Maceió. A iniciativa começará a funcionar em breve e reservará um trecho da Avenida Moreira e Silva para atividades de lazer, esporte e convivência.

VAGAS ABERTAS

O Governo de Alagoas publicou no Diário Oficial do Estado (DOE) a reabertura dos editais dos concursos da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE). A medida cria um novo período de inscrições destinado exclusivamente a candidatos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

ALERTA DE GOLPE

A Secretaria de Estado da Segurança Pública alerta a população sobre possíveis golpes envolvendo o programa Celular Seguro Alagoas, que já recuperou 3.283 aparelhos roubados, furtados ou extraviados. A orientação é que os cidadãos fiquem atentos e busquem informações apenas pelos canais oficiais do governo.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:

REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Brasil inicia 2026 com crescimento de 1,1% no PIB, impulsionado por gastos públicos e consumo das famílias, segundo dados do IBGE

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil demonstrou um desempenho positivo no início de 2026, apresentando uma alta de 1,1% no primeiro trimestre. Este resultado é particularmente

significativo, dado que o PIB terminou o ano anterior com um crescimento acumulado de 2,3%. A divulgação deste dado, realizada na última sexta-feira, foi encarada com otimismo por analistas de mercado, que já projetavam esse avanço substancial ao longo do trimestre.

No último semestre de 2025, no entanto, a economia enfrentou uma desaceleração, com o PIB praticamente estável nos três últimos meses do ano. Esta estagnação foi amplamente atribuída ao aumento das taxas de juros, que impactaram negativamente o consumo das famílias, um dos pilares da atividade econômica.

Com isso, muitos especialistas esperavam que, ao iniciar 2026, houvesse uma recuperação, o que se confirmou com os dados recentes.

O crescimento observado foi impulsionado por uma combinação de fatores. Entre eles, destacam-se os gastos públicos mais elevados e um mercado de trabalho que ainda se mostra robusto. Estas variáveis tiveram um papel crucial em revitalizar o cenário econômico brasileiro, conferindo novo ritmo às atividades produtivas. Além disso, a liberação do Imposto de Renda e a valorização real do salário mínimo contribuíram para estimular o consumo das famílias, fortalecendo a demanda interna.

A dinâmica das exportações também se revelou favorável, com destaque para produtos como soja e petróleo. A

agropecuária, que vivenciou uma supersafra de soja, deu uma contribuição significativa para o desempenho econômico no período. Não apenas a Agricultura, mas a indústria, especialmente a do setor extrativo, e os serviços também registraram crescimento.

Esses desenvolvimentos refletem um ambiente econômico em transição, com sinais de recuperação após uma fase de desaceleração. O otimismo em torno das previsões de crescimento para o Brasil permanece, à medida que os especialistas continuam a monitorar os indicadores que poderão influenciar o desempenho econômico nos próximos trimestres. A expectativa é que esse impulso se torne sustentado, criando um fluxo positivo para o restante do ano.

POLÍTICA

Renan pressiona JHC por esclarecimentos sobre investimentos previdenciários ligados ao Banco Master

O senador Renan Calheiros elevou o tom das críticas ao ex-prefeito de Maceió JHC ao cobrar explicações públicas sobre investimentos realizados pelo sistema previdenciário municipal no Banco Master. Em vídeo divulgado nas redes sociais, o parlamentar defendeu que sejam esclarecidos os critérios adotados para a aplicação dos recursos e os responsáveis pelas decisões que resultaram na operação financeira.

Segundo Renan, o tema envolve recursos destinados a aposentados e pensionistas e, por isso, exige transparência total dos gestores públicos que participaram do processo. O senador afirmou que a população tem o direito de conhecer como ocorreu a escolha da instituição financeira,

quais instâncias administrativas analisaram a operação e quais agentes públicos autorizaram os investimentos.

Durante a manifestação, o parlamentar também comentou a atuação da senadora Eudócia Caldas na defesa política do filho, mas ressaltou que, em sua avaliação, o debate deve permanecer concentrado nos aspectos administrativos e financeiros relacionados à gestão dos recursos previdenciários.

Renan afirmou que é necessário tornar públicos documentos, atas de reuniões, pareceres técnicos e demais registros que possam demonstrar como foi conduzido o processo de investimento. Entre os questionamentos apresentados pelo senador estão a participação de

conselhos previdenciários, a definição dos valores aplicados e a identificação dos responsáveis pela tomada de decisão.

O parlamentar também defendeu que eventuais dúvidas sobre os procedimentos adotados sejam esclarecidas por meio da apresentação formal da documentação relacionada às operações. As declarações ocorrem em um contexto de ampla repercussão nacional das discussões envolvendo o Banco Master e aplicações realizadas por regimes próprios de previdência em diferentes estados e municípios.

Na avaliação de Renan, o caso ultrapassa a disputa política e envolve a necessidade de prestação de contas sobre a gestão de recursos públicos destinados à previdência. O senador

sustentou que aposentados, pensionistas e contribuintes aguardam esclarecimentos sobre as decisões adotadas à época dos investimentos.

As declarações ampliam a pressão política em torno do tema e colocam em evidência discussões sobre governança, fiscalização e segurança na administração dos recursos previdenciários municipais. A publicação que divulgou as declarações informou que permanece aberto o espaço para manifestações de JHC, da senadora Eudócia Caldas, da Prefeitura de Maceió, do Maceió Previdência (Iprev), do Banco Master e dos demais citados.

TRABALHO

Renan Filho apoia jornada de 40 horas e afirma que fim da escala 6x1 valoriza o trabalhador

O senador e pré-candidato ao Governo de Alagoas, Renan Filho (MDB), manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/19, aprovada pela Câmara dos Deputados, que prevê a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e a adoção da escala 5x2, garantindo dois dias de descanso por semana sem redução salarial.

Durante entrevista concedida à Rádio Correio Delmiro nesta quinta-feira (28), o parlamentar afirmou que a proposta representa uma atualização das relações de trabalho e atende a

uma demanda crescente por mais equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Segundo Renan Filho, a mudança permitirá que trabalhadores tenham mais tempo para o convívio familiar, o descanso e outras atividades importantes para a qualidade de vida. Na avaliação do senador, o modelo atual afeta principalmente profissionais de menor remuneração, que ainda permanecem submetidos à escala de seis dias de trabalho para apenas um de descanso.

Ao comentar os impactos econômicos da proposta, Renan Filho defendeu que jornadas menos exaustivas podem gerar ganhos de produtividade. Para ele, trabalhadores que dispõem de tempo adequado para recuperação física e mental tendem a apresentar melhor desempenho em suas funções.

O senador também argumentou que a PEC não impede que profissionais realizem atividades extras para complementar a renda. Segundo ele, quem optar por trabalhar

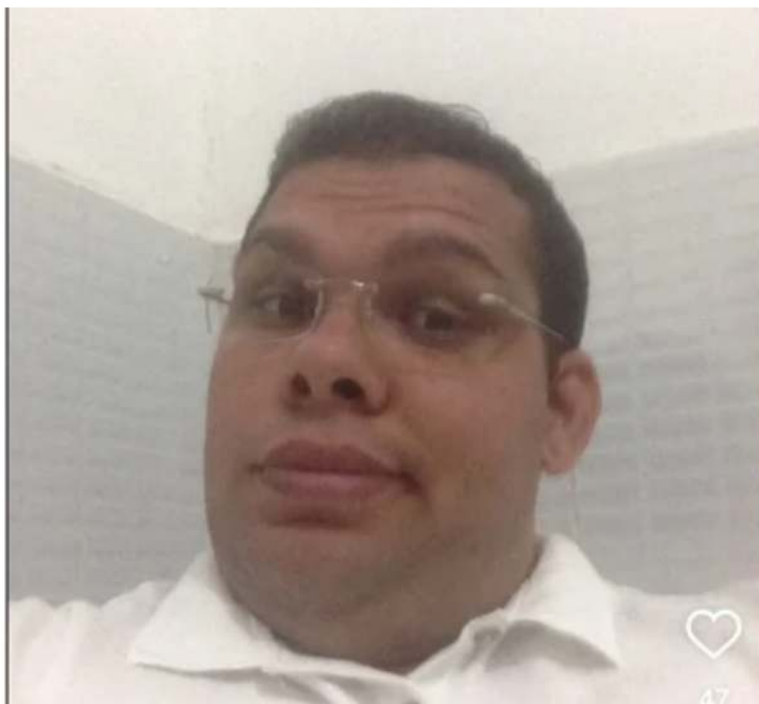
além da jornada regular continuará podendo fazê-lo, desde que receba a remuneração correspondente.

Renan Filho lembrou que já havia se posicionado favoravelmente ao fim da escala 6x1 durante as comemorações do Dia do Trabalhador, em maio, e reafirmou que considera a proposta uma medida de valorização da força de trabalho brasileira.

A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em dois turnos de votação. No segundo turno, recebeu 461 votos favoráveis e 19 contrários. Agora, o texto será analisado pelo Senado Federal, onde precisará obter o apoio dos parlamentares para seguir em tramitação.

Caso seja aprovada em definitivo, a PEC estabelecerá a redução gradual da jornada semanal para 40 horas e garantirá dois dias de descanso semanal aos trabalhadores, sendo um deles preferencialmente aos domingos.

POLICIA

Influenciador digital é preso em Arapiraca durante investigação sobre suposta tentativa de extorsão contra Paulo Dantas

O influenciador digital conhecido como Ronny Cless foi preso em Arapiraca, no Agreste de Alagoas, durante o cumprimento de um mandado judicial relacionado a uma investigação que apura uma suposta tentativa de extorsão contra o governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB).

A prisão ocorreu na quarta-feira (27) e foi resultado de uma investigação conduzida pelo Ministério Público de Alagoas

(MP-AL). Segundo informações confirmadas pela Secretaria de Estado da Comunicação (Secom) e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), o processo corre sob sigilo de Justiça, o que limita a divulgação de detalhes sobre o caso.

Nas redes sociais, o influenciador reúne mais de 23 mil seguidores e atua na produção de conteúdo digital. De acordo com as informações divulgadas pelos órgãos

estaduais, a medida judicial foi adotada após representação do Ministério Público, que identificou indícios de uma possível tentativa de extorsão envolvendo o chefe do Executivo estadual.

Em nota, o MP-AL informou que as investigações permanecem em andamento e que o caso continua sendo apurado pelas autoridades competentes. Até o momento, não foram divulgadas

informações adicionais sobre os fatos investigados nem sobre os elementos reunidos durante a apuração.

Por tramitar em sigilo de Justiça, o conteúdo do inquérito e os fundamentos que embasaram a decisão judicial não foram tornados públicos. A defesa do investigado não havia se manifestado sobre o caso até a publicação desta reportagem.

ESPORTES

CCJ retira exigência de CPF para torcedores em projeto contra violência nos estádios

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ) da Câmara Municipal de Maceió aprovou parcialmente o Projeto de Lei nº 048/2025, que institui campanhas de conscientização para o combate à violência dentro e fora dos estádios de futebol da capital. O parecer manteve as ações educativas previstas na proposta, mas suprimiu dispositivos que exigiam o cadastro obrigatório de torcedores e previam punições automáticas a gestores públicos e clubes esportivos.

De autoria do vereador Allan Pierre, o projeto busca incentivar a cultura de paz nos

eventos esportivos por meio de campanhas educativas, divulgação de mensagens institucionais e ações de conscientização voltadas ao enfrentamento da violência entre torcidas e contra mulheres nos ambientes esportivos.

O principal corte promovido pela CCJ atingiu o artigo que condicionava a venda de ingressos à identificação completa dos torcedores, mediante apresentação de nome, CPF e documento de identidade. Na avaliação do relator, vereador Siderlane Mendonça, a medida poderia gerar insegurança jurídica por envolver questões relacionadas à proteção de dados pessoais, tema regulado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e por normas federais específicas.

A comissão também retirou trechos que estabeleciam responsabilização administrativa, civil e criminal automática para gestores públicos em caso de descumprimento da futura lei. Segundo o parecer, a criação de hipóteses de

responsabilização penal não é competência do município e deve observar a legislação federal e os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Outro ponto alterado foi a previsão de perda automática de benefícios municipais por clubes esportivos. A CCJ entendeu que eventuais sanções administrativas precisam respeitar procedimentos formais e garantir o direito de defesa dos envolvidos antes da aplicação de qualquer penalidade.

Apesar das mudanças, a comissão considerou constitucional o objetivo central da proposta, destacando que campanhas educativas e ações de conscientização se enquadram nas competências do município para promoção de políticas públicas voltadas à segurança, ao esporte e à convivência pacífica.

Com parecer favorável à aprovação parcial, o projeto segue agora para as próximas etapas de tramitação na Câmara de Maceió.

RECONHECIMENTO

Alfredo Gaspar recebe prêmio e é apontado como parlamentar mais bem avaliado de Alagoas

O deputado federal e pré-candidato ao Senado Alfredo Gaspar (PL-AL) recebeu, em Brasília, o Prêmio Excelência Parlamentar concedido pelo Ranking dos Políticos. A premiação reconheceu o parlamentar alagoano como o mais bem avaliado do estado no Congresso Nacional em 2026, repetindo o resultado alcançado em anos anteriores.

De acordo com os dados divulgados pela organização, Alfredo Gaspar obteve nota 9,36 na avaliação deste ano, liderando a bancada federal alagoana. O desempenho também o colocou entre os parlamentares mais bem classificados do país, ocupando a 33ª posição nacional entre deputados

federais e senadores avaliados pela entidade.

Ao receber a premiação, o deputado agradeceu aos eleitores, à família, à equipe de trabalho e destacou a importância do reconhecimento obtido ao longo de seu mandato. Segundo ele, o resultado reflete o trabalho desenvolvido em Brasília e o compromisso com as pautas defendidas durante a legislatura.

Em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, Alfredo Gaspar ganhou projeção nacional ao atuar como relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou fraudes bilionárias envolvendo aposentados e pensionistas do Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS). A atuação na comissão ampliou sua visibilidade política e fortaleceu seu discurso de combate à corrupção e defesa dos recursos públicos.

O Ranking dos Políticos utiliza critérios como presença em votações, produtividade legislativa, qualidade das proposições apresentadas e análise de ocorrências relacionadas à atuação parlamentar. A metodologia também considera aspectos ligados à fiscalização do gasto público e ao desempenho dos congressistas durante o exercício do mandato.

Antes de ingressar na Câmara dos Deputados, Alfredo Gaspar construiu

carreira no Ministério Público de Alagoas, onde exerceu o cargo de procurador-geral de Justiça. Também foi secretário de Segurança Pública do estado, função na qual ganhou notoriedade por ações voltadas ao enfrentamento da criminalidade.

A nova premiação ocorre em um momento de intensificação das articulações para as eleições de 2026, nas quais Alfredo Gaspar é apontado como um dos nomes colocados na disputa por uma das vagas de Alagoas no Senado Federal.

CERTAME

Justiça Federal suspende concurso do Ifal para Administração após questionamentos sobre imparcialidade

A Justiça Federal em Alagoas determinou a suspensão liminar do concurso público do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) exclusivamente para a área de Administração, referente à Oferta 2 do Edital nº 03/2026. A decisão foi proferida pela 13ª Vara Federal após ação movida por um candidato que contesta a condução da fase recursal da prova escrita.

Na decisão, o magistrado considerou existirem elementos suficientes para justificar uma apuração mais aprofundada sobre a

legalidade dos procedimentos adotados durante o certame. Entre os fatos apontados estão possíveis vínculos institucionais e funcionais entre membros da banca examinadora e uma candidata que teria obtido aumento expressivo de nota após a análise dos recursos.

O processo também menciona a participação da candidata em reuniões do Colégio de Dirigentes do Ifal realizadas antes da publicação do edital, ocasiões em que teriam sido discutidos aspectos relacionados ao concurso. Para o juiz, tais circunstâncias levantam dúvidas que precisam ser esclarecidas antes da continuidade da seleção.

Apesar da suspensão, a decisão ressalta que não há conclusão definitiva sobre a existência de irregularidades. A medida foi adotada de forma cautelar para evitar que

eventuais vícios apontados na ação sejam consolidados com a homologação do resultado final e possíveis nomeações.

Como parte da determinação, a classificação da candidata citada no processo foi suspensa provisoriamente até que os fatos sejam melhor analisados pela Justiça. O Ifal e a Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal de Alagoas (Copeve/Ufal), responsável pela organização do concurso, foram intimados a cumprir a decisão e apresentar esclarecimentos.

A suspensão alcança apenas a área de Administração. As demais vagas e áreas contempladas pelo Edital nº 03/2026 permanecem com tramitação normal e não sofreram qualquer alteração em razão da medida judicial.

O caso seguirá em análise na Justiça Federal.

ELEIÇÕES

Renan anuncia Dr. Wanderley como segundo nome ao Senado na chapa do MDB

O senador Renan Calheiros confirmou que o deputado estadual José Wanderley Neto, conhecido como Dr. Wanderley, será o segundo candidato ao Senado na chapa do MDB para as eleições de 2026 em Alagoas.

Segundo Renan, o lançamento oficial da pré-candidatura está marcado

para a próxima segunda-feira, 1º de junho, ampliando as definições do grupo político emedebista para a disputa eleitoral do próximo ano.

Atualmente deputado estadual, Dr. Wanderley representa a região do Sertão alagoano na Assembleia Legislativa e é considerado um dos aliados mais próximos do

senador. A escolha reforça a estratégia do MDB de ampliar sua presença política no interior do estado e consolidar alianças em diferentes regiões de Alagoas.

O parlamentar mantém uma longa trajetória de alinhamento político com o grupo liderado pela família Calheiros e tem atuado como uma das principais

lideranças do MDB no Sertão.

Com a definição do nome de Dr. Wanderley, o grupo político de Renan Calheiros avança na formação da chapa que disputará as duas vagas ao Senado em 2026, em um cenário que promete reunir alguns dos principais nomes da política alagoana na corrida eleitoral.

ELEIÇÕES

Disputa pelo Governo de Pernambuco: Raquel Lyra vira o jogo contra João Campos em pesquisa e intensifica apoio popular nas redes sociais

A disputa pelo governo de Pernambuco entre a governadora Raquel Lyra (PSD) e o ex-prefeito João Campos (PSB) tem se intensificado, especialmente após a divulgação de uma pesquisa recente que coloca Lyra à frente nas intenções de voto. Os aliados de Campos apontam o que consideram uma campanha negativa contra o ex-prefeito como um fator que contribuiu para essa mudança no cenário. De acordo com a pesquisa, Lyra aparece com 48% das intenções de voto, contra 43% de Campos, marcando uma reversão significativa em relação a dados anteriores, onde Campos

liderava com uma vantagem de 12 pontos percentuais.

A equipe de Lyra interpreta esse avanço como um reflexo do reconhecimento popular de sua gestão e atribui o crescimento à sua presença constante nas ruas, além de toques estratégicos em áreas como segurança, saúde e saneamento. Os apoiadores da governadora também ressaltam suas articulações políticas, afirmando que 134 das 184 prefeituras de Pernambuco estariam apoiando sua reeleição.

Por outro lado, os representantes de Campos alegam que ele está sendo alvo de uma campanha deliberada de desinformação, especialmente nas redes sociais. Um exemplo frequente citado por seus aliados envolve críticas recebidas por Campos sobre o uso de uma correntinha de ouro durante compromissos públicos. Ele foi alvo de ataques por ter retirado o acessório antes de uma gravação, uma atitude que, segundo ele, visa evitar interferências no áudio. Em resposta, Campos enfatizou

que utiliza a corrente frequentemente e que sua decisão foi puramente técnica.

Além disso, Lyra tem buscado apoio de figuras populares, como o cantor Wesley Safadão, que em uma recente publicação fez elogios à governadora, a chamando de "guerreira" e destacando sua dedicação ao estado. Esse tipo de aliança pode ser crucial em um ano eleitoral competitivo.

A disputa entre os dois nomes também engendra implicações significativas para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que busca reeleição. A relação entre PT e PSB está sob tensão, com Campos alertando para a possibilidade de Lula manter uma neutralidade prejudicial, algo que seus apoiadores temem que possa minar seu apoio. Essa dinâmica poderia levar a uma revisão do apoio ao PT em outros estados, considerando que Pernambuco é um território crucial em termos eleitorais. O resultado da pesquisa recente pode influenciar as estratégias de Lula, que precisará de apoio sólido em um pleito que promete ser inequívoco.



AMARELINHA 2 NÃO DÁ PRA ES

Acesse agora. Veículo
o licenciamento. 

detran.al.gov.br

O pagamento da Amarelinha é obrigatório e **SÓ É REALIZADO** através do **site oficial: detran.al.gov.br**

É só entrar, baixar a guia e pagar. **O Detran-AL não envia boleto.**

Ah, e quando estiver por lá, aproveite e emita também sua guia do **IPVA.**

Assim, você resolve tudo de uma só vez. Cuidado com golpes, **boleto só no site.**

025. JÁ PAGOU? QUECER.

legal só com



DETRAN·AL

Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas



Trabalho e ❤️

EDUCAÇÃO

Inscrições para o Enem 2026 terminam na próxima sexta-feira; estudantes devem confirmar participação e efetuar pagamento da taxa até 10 de junho



Faltando apenas uma semana para o encerramento das inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026, os interessados devem se apressar. O prazo se estende até o dia 5 de junho, próxima sexta-feira, e os candidatos podem se inscrever por meio da Página do Participante. É importante ressaltar que este período também é válido para os estudantes que desejam solicitar atendimento especializado ou tratamento pelo nome social durante o exame.

Para os estudantes que estão concluindo o ensino médio em escolas públicas, a inscrição no Enem 2026 acontece de forma automática. Nesses casos, o processo consiste apenas na confirmação da participação, na escolha da língua estrangeira que preferem para o

exame—inglês ou espanhol—e na indicação de recursos de acessibilidade, caso sejam necessários. Além disso, aqueles que tiveram seus pedidos de isenção da taxa de inscrição aprovados também devem confirmar presença na plataforma de inscrição.

Após a efetivação da inscrição, será gerada uma Guia de Recolhimento da União (GRU) no valor de R\$ 85. O pagamento da taxa deve ser realizado entre os dias 25 de maio e 10 de junho. Os métodos de quitação incluem opções como Pix, cartão de crédito, débito ou boleto, podendo ser realizado em qualquer banco, casa lotérica ou aplicativo bancário. Vale destacar que somente após a confirmação do pagamento é que a inscrição se tornará válida.

A aplicação das provas está marcada para os dias 8 e 15 de novembro, e, para esta edição, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) planeja expandir o número de locais de aplicação para cerca de 10 mil em todo o Brasil. Isso significa que aproximadamente 80% dos alunos da rede pública deverão realizar os testes na própria escola onde estudam, visando facilitar o acesso ao exame e minimizar deslocamentos.

Considerado um dos principais caminhos para acesso ao ensino superior no Brasil, o Enem avalia o desempenho ao término da educação básica e é utilizado por diversas instituições para seleção de estudantes, através de programas

como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Desde a edição do ano passado, o exame também passou a certificar a conclusão do ensino médio para candidatos com 18 anos, que atinjam as notas mínimas necessárias.

Adicionalmente, os resultados do Enem podem ser utilizados em processos seletivos em universidades portuguesas conveniadas com o Inep, o que oferece uma oportunidade valiosa para estudantes brasileiros que desejam cursar seus estudos superiores em Portugal.

CENSO ESCOLAR 2026

180 mil escolas iniciam levantamento crucial sobre educação no Brasil até 31 de julho. Dados são essenciais para políticas públicas



Na última quarta-feira, aproximadamente 180 mil escolas em todo o Brasil deram início a uma nova edição do Censo Escolar, a maior pesquisa estatística voltada para a educação. Este levantamento busca coletar dados relevantes sobre estabelecimentos de ensino, incluindo informações sobre escolas, turmas, alunos, gestores e demais profissionais envolvidos na área.

De acordo com a Portaria nº 219/2026, o levantamento

contará com duas etapas que devem ser cumpridas até o final de julho. Um ponto crucial deste processo é o Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica, celebrado na última quarta de maio, que serve como referência para a coleta das informações. Os diretores e gestores escolares são os responsáveis por inserir os dados no Sistema Educacenso, um procedimento que pode ser realizado online ou por meio de um sistema específico das secretarias de Educação.

Os dados coletados nesta fase inicial serão remetidos ao Ministério da Educação (MEC) até o dia 27 de agosto e publicados no Diário Oficial da União. Após a publicação, haverá um período adicional de 30 dias para conferências e correções necessárias das informações. O cronograma ainda inclui etapas para a verificação de dados e eliminação de matrículas duplicadas, e as informações

finais homologadas serão enviadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 11 de dezembro.

O Censo Escolar abrange várias modalidades de educação, como a educação infantil, ensino fundamental e médio, além da educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica. Os dados coletados são essenciais não apenas para o repasse de recursos do governo federal, mas também para o fortalecimento do planejamento e avaliação das políticas públicas educacionais. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e taxas de rendimento escolar serão derivados desse levantamento, permitindo a elaboração de estratégias mais eficazes para melhorar a qualidade da educação brasileira.

EDUCAÇÃO

Lula Sanciona Lei que Cria a Universidade Federal Indígena, Focando em Ensino e Preservação das Culturas dos Povos Originários no Brasil

Na última sexta-feira, 29 de maio de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.418/26, que estabelece a criação da Universidade Federal Indígena (Unind). Publicada no Diário Oficial da União, essa nova instituição de ensino superior terá sua sede em Brasília e contará com a possibilidade de desdobrar campi em diversas regiões do Brasil, visando atender às especificidades culturais e sociais dos povos indígenas do país.

A Unind se propõe a oferecer um ambiente educacional que valorize não apenas a formação acadêmica, mas também a pesquisa e a extensão

universitária voltadas para a realidade e as necessidades dos povos originários. Entre os objetivos da nova universidade, destaca-se a valorização dos saberes tradicionais indígenas e a promoção da sustentabilidade socioambiental. A norma também visa a preservação das culturas, histórias e línguas dos diversos grupos indígenas brasileiros e da América Latina.

Outro aspecto relevante da legislação é que a universidade poderá adotar processos seletivos próprios, com critérios específicos que assegurem que um percentual mínimo de vagas seja destinado a candidatos

indígenas. Essa prática será aplicada também para concursos públicos voltados ao quadro efetivo da Unind, reforçando a inclusão e a representatividade dos povos indígenas na instituição.

Além disso, a lei determina que os cargos de reitor e vice-reitor sejam ocupados por docentes indígenas, garantindo uma liderança que reflita a diversidade cultural da comunidade acadêmica. Durante o período de estruturação da universidade, o Ministério da Educação ficará responsável pela nomeação temporária de dirigentes.

A criação da Unind é fruto do Projeto de Lei 6132/25, apresentado pelo Poder Executivo e que recebeu aprovação tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado ainda neste ano. A iniciativa representa um passo significativo na promoção da educação inclusiva e na valorização da diversidade étnica, oferecendo oportunidades de formação acadêmica de qualidade para os povos indígenas, e provocando reflexões sobre a relação entre educação e identidade cultural no Brasil.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Deputada Erika Kokay convoca audiência para investigar irregularidades no plano de saúde dos servidores do Distrito Federal no dia 2 de junho

Audiência pública discutirá irregularidades no plano de saúde dos servidores do DF

No dia 2 de junho, a Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realizará uma audiência pública para debater a situação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (INAS). O encontro está marcado para as 10 horas, no plenário 8 da Câmara.

A proposta de convocação da audiência foi apresentada pela deputada Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores (PT-DF). A parlamentar

justificou a necessidade do evento em decorrência de diversas denúncias e indícios de irregularidades que têm surgido em relação à gestão do plano de saúde destinado aos servidores públicos do Distrito Federal. Segundo Kokay, investigações e reportagens recentes levantaram suspeitas sobre práticas de favorecimento indevido, mudanças administrativas que geram controvérsia e um descredenciamento em massa de prestadores de serviços de saúde.

A deputada destacou que a criação de uma investigação pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal traz à tona a urgência da discussão. Em sua avaliação, as evidências levantadas suscitam sérios questionamentos sobre a transparência na administração do INAS, a continuidade das assistências médicas e o possível risco da captura do plano de saúde para fins que não atendem ao público.

"A situação é preocupante e demanda um olhar atento por parte das instituições e da sociedade. Precisamos garantir que a saúde dos servidores públicos seja tratada com seriedade e respeito, evitando que interesses particulares prevaleçam sobre o bem-estar da população", afirmou Erika Kokay.

A audiência promete reunir não apenas deputados e especialistas, mas também representantes dos servidores públicos e da sociedade civil, todos interessados em discutir soluções e medidas que garantam a integridade e a qualidade do plano de saúde administrado pelo INAS. A expectativa é que, a partir deste debate, sejam traçadas estratégias para restabelecer a confiança dos servidores nos serviços de saúde oferecidos, assegurando que suas necessidades sejam atendidas de forma adequada e ética.

FINANÇAS

Brasil inicia 2026 com crescimento de 1,1% no PIB, impulsionado por gastos públicos e consumo das famílias, segundo dados do IBGE



O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil demonstrou um desempenho positivo no início de 2026, apresentando uma alta de 1,1% no primeiro trimestre. Este resultado é particularmente significativo, dado que o PIB terminou o ano anterior com um crescimento acumulado de 2,3%. A divulgação deste dado, realizada na última sexta-feira, foi encarada com otimismo por analistas de mercado, que já projetavam esse avanço substancial ao longo do trimestre.

No último semestre de 2025, no entanto, a economia enfrentou uma desaceleração, com o PIB praticamente

estável nos três últimos meses do ano. Esta estagnação foi amplamente atribuída ao aumento das taxas de juros, que impactaram negativamente o consumo das famílias, um dos pilares da atividade econômica. Com isso, muitos especialistas esperavam que, ao iniciar 2026, houvesse uma recuperação, o que se confirmou com os dados recentes.

O crescimento observado foi impulsionado por uma combinação de fatores. Entre eles, destacam-se os gastos públicos mais elevados e um mercado de trabalho que ainda se mostra robusto. Estas variáveis tiveram

um papel crucial em revitalizar o cenário econômico brasileiro, conferindo novo ritmo às atividades produtivas. Além disso, a liberação do Imposto de Renda e a valorização real do salário mínimo contribuíram para estimular o consumo das famílias, fortalecendo a demanda interna.

A dinâmica das exportações também se revelou favorável, com destaque para produtos como soja e petróleo. A agropecuária, que vivenciou uma supersafra de soja, deu uma contribuição significativa para o desempenho econômico no período. Não apenas a Agricultura, mas a

indústria, especialmente a do setor extrativo, e os serviços também registraram crescimento.

Esses desenvolvimentos refletem um ambiente econômico em transição, com sinais de recuperação após uma fase de desaceleração. O otimismo em torno das previsões de crescimento para o Brasil permanece, à medida que os especialistas continuam a monitorar os indicadores que poderão influenciar o desempenho econômico nos próximos trimestres. A expectativa é que esse impulso se torne sustentado, criando um fluxo positivo para o restante do ano.

ECONOMIA

Superávit Primário de R\$ 24,6 bilhões em Abril: Governo Federal Registra Arrecadação Recorde e Saldo Positivo nas Contas Públicas



Durante o mês de abril, o governo federal brasileiro registrou um desempenho financeiro notável com uma arrecadação recorde que resultou em um superávit primário de R\$ 24,6 bilhões para o setor público consolidado, que engloba a União, estados, municípios e empresas estatais. Esse resultado, alinhado à recuperação econômica do país, marca um crescimento significativo em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando o saldo foi de R\$ 14,2 bilhões.

Os dados fiscais, recentemente divulgados pelo Banco Central, indicam que o superávit primário, que mede a

diferença entre receitas e despesas sem considerar o pagamento de juros da dívida pública, mostra-se robusto. No entanto, é importante frisar que, ao considerar um panorama mais amplo, nos últimos 12 meses, o setor público consolidado enfrentou um déficit de R\$ 126,6 bilhões, representando 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2025, o déficit primário alcançou R\$ 55 bilhões, equivalente a 0,43% do PIB, uma situação que gerou preocupações entre analistas econômicos.

O Governo Central, particularmente, teve destaque em abril com um superávit de R\$ 26,1 bilhões, em contraste com um déficit de R\$ 16,2 bilhões no mesmo mês de 2025. Essa diferença é atribuída à arrecadação recorde do mês e à metodologia diferenciada utilizada pelo Banco Central em suas análises. Por outro lado, os governos estaduais e municipais também mostraram uma melhoria, apresentando um superávit de R\$ 329 milhões, superando o déficit de R\$ 659 milhões do ano anterior.

Entretanto, as empresas estatais federais e estaduais, excluindo aquelas de grande porte como Petrobras e Eletrobras, contribuíram negativamente com um resultado de R\$ 1,8 bilhão. Os gastos com juros alcançaram R\$ 84,8 bilhões, resultando em um déficit nominal das contas públicas de R\$ 60,1 bilhões, que também foi pior em relação ao déficit de R\$ 55,5 bilhões de abril de 2025.

A dívida líquida do setor público atingiu R\$ 8,8 trilhões, representando 67,4% do PIB, um aumento que reflete o impacto dos juros e a oscilação cambial. Em contrapartida, a dívida bruta do governo chegou a R\$ 10,4 trilhões, equivalente a 80,4% do PIB, indicando uma piora na posição financeira do país. Estes índices são considerados por agências de classificação de risco para avaliar a capacidade de pagamento e a situação fiscal do Brasil no cenário internacional, fortalecendo a necessidade de um monitoramento contínuo das contas públicas em um contexto econômico desafiador.

MUTIRÕES DE LIMPEZA EM MACEIÓ

Alurb Intensifica Ações para Zelar por Espaços Públicos e Segurança Comunitária

A cidade de Maceió tem passado por uma série de ações de manutenção urbana, coordenadas pela Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza Urbana (Alurb). Durante esta semana, foram realizados mutirões de limpeza que começaram na quarta-feira (27) no bairro do Vergel do Lago, estendendo-se até sexta-feira (29) na região do Jaraguá.

Essas operações contaram com a participação dos agentes da

Alurb, além do grupo POT – Praça é Massa, responsável fundamental pela revitalização dos espaços públicos. As atividades envolveram capinação, roçagem, pintura de meios-fios, remoção de resíduos e conservação de áreas verdes, além de pequenos reparos em pontos estratégicos. Este trabalho visa aumentar a organização, segurança e bem-estar para a comunidade, incluindo moradores, pedestres e motoristas que circulam diariamente pelos bairros beneficiados.

A Alurb enfatizou que essas iniciativas são uma parte contínua de um esforço mais amplo para preservar os espaços públicos, evitar o acúmulo de lixo e controlar o crescimento excessivo da vegetação, problemas comuns em áreas urbanas. A programação de manutenção desenvolvida pelo município prevê que esses mutirões continuem a ser realizados regularmente em vários bairros de Maceió.

Com esse compromisso, a administração municipal busca

proporcionar um ambiente mais limpo e agradável, contribuindo para a qualidade de vida na capital alagoana. As ações refletem a política de sustentabilidade e responsabilidade pública que vem sendo implementada pela gestão local, com o objetivo de garantir benefícios a curto e longo prazo para toda a população. As operações, que seguem um cronograma permanente, são essenciais para manter a cidade organizada e bem cuidada.

ALAGOAS

Seinfra Finaliza Obras de Saneamento e Abastecimento no Litoral Norte de Alagoas até 2026

Em um marco significativo para o desenvolvimento do Litoral Norte de Alagoas, o secretário de Estado de Infraestrutura, Gustavo Torres, realizou uma visita de supervisão às obras de saneamento básico e abastecimento de água na região. Acompanhado por uma equipe técnica e representantes do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Torres inspecionou as intervenções nos municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi. Esse projeto, que representa um esforço conjunto entre o

governo estadual e o CAF, promete transformar a infraestrutura hídrica e sanitária local, promovendo uma considerável melhoria na qualidade de vida da população.

As obras estão em andamento acelerado, com previsão de conclusão até o final de 2026. Em Japaratinga, por exemplo, toda a obra física já foi finalizada, aguardando apenas alguns ajustes para a ativação da Estação de Tratamento de Água (ETA). Este progresso simboliza um avanço significativo na prevenção de doenças, na melhoria da higiene e na sustentabilidade hídrica da região. Em outras localidades, como São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, as obras de abastecimento e esgotamento também estão bem encaminhadas, com taxas de conclusão promissoras.

Suzana Lobo, gerente de projetos sociais da Seinfra, destaca a importância do diálogo constante com a

comunidade. Atividades educativas e de conscientização ambiental são cruciais, principalmente na superação de resistências locais, como a instalação de hidrômetros. O trabalho contínuo da Seinfra vai além das obras físicas, envolvendo palestras e atividades em escolas para fomentar uma consciência ambiental crítica entre os jovens.

O secretário Gustavo Torres enfatizou a relevância dessas obras para o progresso de Alagoas, refletindo o compromisso do governo em priorizar empreendimentos que impulsionem o desenvolvimento estadual. Ao final da visita, Torres agradeceu ao CAF pela parceria e ressaltou o empenho do governador Paulo Dantas em alavancar recursos e investimentos para o estado. A expectativa é que, até o final do ano, cinco dessas obras sejam entregues, representando um impacto duradouro na vida dos alagoanos.

DIREITOS

Câmara dos Deputados Aprova Projeto que Garante Distribuição Gratuita de Absorventes em Municípios Brasileiros

No dia 29 de maio de 2026, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados deu um importante passo na garantia dos direitos das mulheres ao aprovar o Projeto de Lei 1309/24. Essa proposta visa obrigar todos os municípios brasileiros a disponibilizarem, pelo menos, um local para a distribuição gratuita de absorventes higiênicos femininos.

Elaborado pelos deputados Luiz Couto, da Paraíba, e Alexandre Lindenmeyer, do Rio Grande do Sul, o projeto altera a legislação que criou o

Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, instituído pela Lei 14.214/21. Os parlamentares defendem que, apesar da legislação existente, muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades para acessar absorventes, especialmente em cidades que não contam com o Programa Farmácia Popular, que auxilia na distribuição de medicamentos.

A relatora do projeto, deputada Benedita da Silva, ressaltou a importância da proposta ao afirmar que o combate à pobreza menstrual deve englobar ações que vão além da saúde, incluindo assistência social, educação

e segurança pública. Para ela, o programa precisa ser implementado de forma abrangente, garantindo que as mulheres tenham acesso aos produtos de higiene necessários durante o seu período menstrual.

Benedita enfatizou que a aprovação do projeto é vital para assegurar a efetivação do programa em sua essência, e não apenas como uma ação isolada do setor da saúde. "O projeto assegura a implementação do programa na forma como foi concebido, sem torná-lo um conjunto de ações executado exclusivamente pelo setor de saúde", declarou.

Atualmente, o projeto tramita em caráter conclusivo, o que significa que, caso seja aprovado nas comissões, não precisará ir a plenário, a menos que haja alguma contestação. Agora, a proposta seguirá para a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para que se torne uma lei efetiva, ainda deverá passar por votação na Câmara dos Deputados e no Senado. A aprovação desse Projeto de Lei representa um avanço significativo na luta por dignidade e direitos das mulheres no país.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Totus Tuus é reconhecido como Patrimônio Cultural Nacional, celebração católica fortalece identidade e turismo em Goiânia e Goiás



Em um marco significativo para a cultura católica brasileira, a Lei 15.420/26, sancionada e publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira, reconhece a celebração anual Totus Tuus como uma manifestação cultural nacional. O evento, que acontece em Goiânia, homenageia a devoção à Virgem Maria, sendo que seu nome, em latim, traduz-se como "todo teu".

A iniciativa para essa lei partiu do Projeto de Lei 193/24, apresentado pela deputada Flávia Morais

(PDT-GO), e obteve aprovação na Câmara dos Deputados em junho de 2025. A nova legislação não só valoriza a importância religiosa do evento, mas também ressalta seu impacto cultural e econômico na região Centro-Oeste do Brasil.

O Totus Tuus é celebrado anualmente e atrai uma significativa participação dos fiéis. Com uma programação que inclui música, dança, pregações e mostras de iconografia sacra itinerante, a festa se transforma em uma poderosa expressão da fé e da identidade local. A deputada Flávia Morais destacou, durante a apresentação do projeto, que a celebração não apenas carrega um significado espiritual, mas também é fundamental para o turismo na região. "O Totus Tuus, por sua beleza e grandiosidade, é também o mais importante

evento turístico do Centro-Oeste", afirmou. Ela ressaltou que o evento movimentará a economia de Goiânia e do estado de Goiás, beneficiando até mesmo estados vizinhos e a capital federal, Brasília.

O reconhecimento oficial do Totus Tuus valida o patrimônio cultural e religioso dos goianos, que cultivam essa tradição há mais de uma década. Com esse registro, espera-se que o evento receba ainda mais visibilidade e apoio, contribuindo para fortalecer os laços comunitários e a preservação das manifestações culturais locais.

Portanto, a celebração do Totus Tuus se estabelece como um pilar não apenas da fé católica, mas também como um exemplo de como a cultura e a religião podem convergir para criar um evento que beneficia toda uma região.



**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

